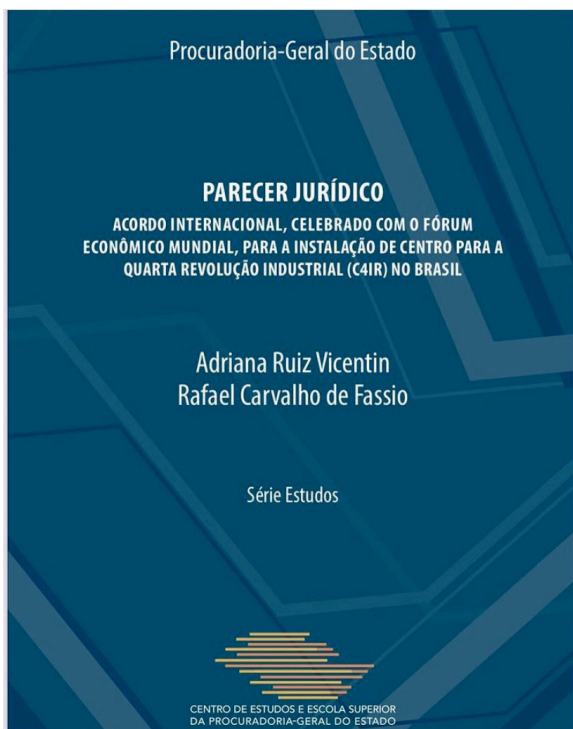


PRINCIPAIS NOTÍCIAS



ce_pge_sp

...



ce_pge_sp Na ocasião do encontro do Núcleo de PI e Inovação ocorrido na última quarta-feira foi lançado o livro da Série Estudos do CE que publica parecer de autoria do Procurador do Estado Rafael de Fássio e da Procuradora do Estado Adriana Vicentin.

O trabalho analisa o Acordo Internacional celebrado com o Fórum Econômico Mundial para a instalação do Centro para a Quarta Revolução Industrial no Brasil. Envolvendo a aplicação da legislação da Suíça, o inovador parecer traz os contornos da parceria feita entre o Estado, União e o Fórum.

O livro pode ser acessado na aba de Publicações do Centro de Estudos em www.pge.sp.gov.br > Centro de Estudos > Publicações > Periódicos diversos

Parabenizamos os autores pelo excelente trabalho!

#pgesp #c4ir #cepge #publicações

6 de novembro de 2020 · Ver tradução



ce_pge_sp

...

AGRAVO DE INSTRUMENTO RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE GRUPO ECONÔMICO – ATUAÇÃO CONTRA OS DEVEDORES QUALIFICADOS (DQ)

Danilo Barth Pires

Prêmio “O Estado em Juízo”
2019

Série
Estudos



ce_pge_sp Na última sessão do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado foi simbolicamente entregue o prêmio “O Estado em Juízo” referente ao ano de 2019 ao Procurador do Estado Danilo Barth Pires, pelo trabalho “AGRAVO DE INSTRUMENTO - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE GRUPO ECONÔMICO - ATUAÇÃO CONTRA OS DEVEDORES QUALIFICADOS (DQ)”.

Criado em 1975 (Decreto n.º 6.320, de 13/06/75) o Prêmio “O Estado em Juízo” é conferido a trabalho forense, elaborado por Procurador(a), na defesa do Estado, que tenha culminado em decisão judicial favorável transitada em julgado.

Os trabalhos inscritos foram analisados por Comissão Julgadora composta pelos Professores Elival da Silva Ramos, Juliana Furtado Costa Araújo e Omar Chamon que em reunião virtual ocorrida em 02 de abril de 2020 elegeram a peça vencedora.

Parabenizamos o colega Danilo pela premiação e pelo relevante serviço prestado na defesa do Estado!

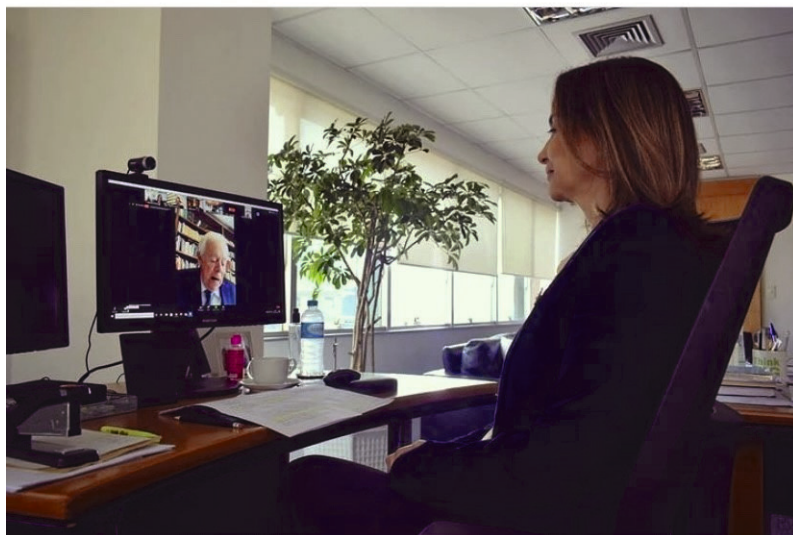
#pgesp #estadoemjuizo #responsabilidadetributária

Ver 1 comentário

30 de novembro de 2020 · Ver tradução



pgespoficial
São Paulo



pgespoficial A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo participou do XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, na manhã desta quarta-feira (04), por meio de um evento virtual. O encontro reuniu profissionais da área de todo o país e terá duração de quatro dias. A procuradora geral do Estado Lia Porto Corona foi uma entre as cinco autoridades a participar da abertura.

Ver todos os 2 comentários

4 de novembro de 2020 · Ver tradução





pgespoficial
São Paulo

...



pgespoficial A concessão do Zoológico e do Jardim Botânico conta com assessoramento jurídico da PGE/SP. A área da Consultoria acompanhou de perto a fase de modelagem do projeto, as consultas públicas e a revisão das minutas de edital, contrato e anexos da licitação.

#Atuacão da PGE #Consultoria #PGESP #Advocacia Pública
#Procuradores do Estado

Ver 1 comentário

24 de novembro de 2020 · Ver tradução



pgespoficial

Procuradoria Geral do Estado (São Paulo) - PGE/SP

...

Valor

ECONÔMICO

20 ANOS

62 Valor São Paulo Quinta-feira, 26 de novembro de 2020

Legislação & Tributos SP

São Paulo abre negociação para recuperar dívida ativa

Bertrio Oliveira

Em São Paulo

Empresas inscritas na dívida ativa de São Paulo poderão negociar o pagamento das dívidas com o governo estadual. A medida, que já ocorre na esfera federal, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) publicou a Resolução PGE nº 27, que autoriza a negociação da dívida ativa inscrita em nome de São Paulo. A medida já está em vigor, mas se aplica retroativamente a partir de 1º de dezembro.

O resgate da dívida ativa estadual é de R\$ 1,36 bilhões. A PGE espera recuperar, com a negociação, pelo menos 10% do valor ao longo de cinco anos.

Serão afetados todos os débitos inscritos em nome de São Paulo, inclusive os que foram inscritos em nome de empresas que já pagaram a dívida. A dívida ativa de São Paulo é de R\$ 1,36 bilhões. O primeiro edital será emitido em dezembro e regulará as negociações com as empresas inscritas na dívida ativa.

O decreto já pode gerar a PGE, segundo João Penabaz, superintendente geral do Contencioso Tributário-Fiscal da PGE.

se. Entretanto, a PGE, o prazo de 10 dias decorre a partir da publicação da resolução. A medida, que já ocorre na esfera federal, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) publicou a Resolução PGE nº 27, que autoriza a negociação da dívida ativa inscrita em nome de São Paulo. A medida já está em vigor, mas se aplica retroativamente a partir de 1º de dezembro.

O resgate da dívida ativa estadual é de R\$ 1,36 bilhões. A PGE espera recuperar, com a negociação, pelo menos 10% do valor ao longo de cinco anos.

Serão afetados todos os débitos inscritos em nome de São Paulo, inclusive os que foram inscritos em nome de empresas que já pagaram a dívida. A dívida ativa de São Paulo é de R\$ 1,36 bilhões. O primeiro edital será emitido em dezembro e regulará as negociações com as empresas inscritas na dívida ativa.

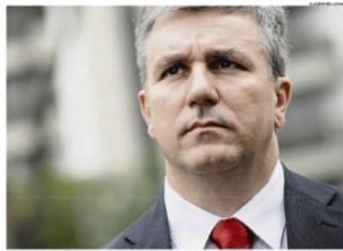
O decreto já pode gerar a PGE, segundo João Penabaz, superintendente geral do Contencioso Tributário-Fiscal da PGE.

10% do valor total atualizado da dívida no dia da deliberação. Segundo o superintendente, a medida, que já ocorre na esfera federal, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) publicou a Resolução PGE nº 27, que autoriza a negociação da dívida ativa inscrita em nome de São Paulo. A medida já está em vigor, mas se aplica retroativamente a partir de 1º de dezembro.

O resgate da dívida ativa estadual é de R\$ 1,36 bilhões. A PGE espera recuperar, com a negociação, pelo menos 10% do valor ao longo de cinco anos.

Serão afetados todos os débitos inscritos em nome de São Paulo, inclusive os que foram inscritos em nome de empresas que já pagaram a dívida. A dívida ativa de São Paulo é de R\$ 1,36 bilhões. O primeiro edital será emitido em dezembro e regulará as negociações com as empresas inscritas na dívida ativa.

O decreto já pode gerar a PGE, segundo João Penabaz, superintendente geral do Contencioso Tributário-Fiscal da PGE.



Advogado Marcello Boligon propõe a negociação da dívida ativa de São Paulo com as empresas inscritas na dívida ativa.

com reduções nas cobranças, dos pontos não estão claros. Há a possibilidade de uma dívida que em alguns casos poderá ser exigida antes mesmo que o Estado em 2015, vale dizer, mas para quem está no Estado de São Paulo.

Para Diego Ito, vice de São Paulo, apesar de a negociação parecer eficaz, para os contribuintes que precisam da regularização fiscal com reduções nas cobranças, dos pontos não estão claros. Há a possibilidade de uma dívida que em alguns casos poderá ser exigida antes mesmo que o Estado em 2015, vale dizer, mas para quem está no Estado de São Paulo.

Para Diego Ito, vice de São Paulo, apesar de a negociação parecer eficaz, para os contribuintes que precisam da regularização fiscal com reduções nas cobranças, dos pontos não estão claros. Há a possibilidade de uma dívida que em alguns casos poderá ser exigida antes mesmo que o Estado em 2015, vale dizer, mas para quem está no Estado de São Paulo.



pgespoficial Com base na Lei nº 17.293/2020, a Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal (SubCTF) publicou, na terça-feira (24), a Resolução PGE 27/2020 que regulamenta a transação tributária, uma nova forma de arrecadação de débitos inscritos em dívida ativa e de extinção de processos em que a Fazenda do Estado é parte (como autora ou como ré), incluindo execuções fiscais.

Legislação

Tributário Medida é importante para contribuintes conhecerem benefícios com transação de débitos

Procuradoria de SP divulga critérios para classificação de dívidas

Beatrix Olsson
Diehlströma

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) deve publicar amanhã os critérios que serão usados no ranking das dívidas submetidas à transação voluntária, conforme a Resolução PGE nº 27. A classificação, que vai de A a E, determinará as condições de pagamento desses débitos.

Os devedores só combaterão a nota de sua dívida se aderirem à transação. Com a publicação de amanhã, porém, saberão como a dívida pode ser liquidada.

A resolução dá início a uma série de ações da PGL para recuperar créditos e "limpar" a dívida ativa, evitando em evidência apenas valores que efetivamente podem ser recuperados. O montante atual de R\$ 336 bilhões chama a atenção para a importância da integração, mas mostrando pode ser recuperado. A transação é uma das medidas para diminuir os valores atuais inscritos na dívida.

A proceduraria usa seis critérios para compor o rating: garantia, histórico de pagamento, saúde da dívida, capacidade de pagamento, possibilidade de êxito na demanda e se o valor da dívida é inferior ao custo de cobrança. Eles têm pesos relativos sendo a garantia o mais importante, conforme o subprocedural do comitê com o tributo da PGE-SF, João Portoguesi. "Quando mais garantia, maior a chance de ser rating A e o termo 'subprocedural' não se aplica", afirma.

O desconto é maior para os devedores de créditos considerados insusceptíveis, no rating D "A falibilidade de aplicação do desconto é a mesma usada pelos bancos", afirma Orling não é o devedor, mas do conjunto da dívida e se divide entre dívida geral e ICMS. Analisando os créditos, é possível um mesmo devedor estar no A em sua dívida de ICMS e no D em dívida.

O desconto será só sobre juros e multa, aplicando de forma inversamente proporcional, a razão de e-

O contribuinte só terá credenciamento da nota após o oferecimento de proposta ou adesão ao edital. Os descontos serão de 20% sobre juros e multas no rating A, até o limite de 10% do valor total atualizado da dívida, na data de deliberação. No II, o desconto é de 40%, e o limite total, de 30%.

A recuperação judicial será o primeiro passo que o Estado adote para enfrentar pacientemente a crise econômica e a situação de emergência social. O próximo passo será a reestruturação financeira do grupo e a sua consequente recuperação empresarial será o fim do rating D.

Não há grande expectativa de que a PGE que a associação nos vem fazendo, mas a preocupação continua de que o procedimento importante da recuperação judicial seja a transição de uma situação de insolvência patrimonial para a situação de recuperação judicial.

Julio Paredes, *Quinto año de secundaria, curso 4 de la escuela de docentes*

Das cinquas de R\$ 1,6 bilhões custada é considerado irrisório pela PGE. "O gestor sábio para a obra da água como se fosse uma realidade vel à vista porque está vencido", diz.

Em 2021, a PGE pretende dar início ao primeiro edital de concessão

Desde a publicação da transação, alguns clientes queriam entender melhor o procedimento, mas não se interessaram, segundo Marcelo Biologues, sócio do Biologues Advogados. Ele afirma que há empresas que gostariam de aderir porque têm um faturamento médio em 2013, mas não têm dinheiro no momento.



pgespoficial 📢 A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) publicará os critérios que serão usados no rating das dívidas submetidas à transação tributária, conforme a Resolução PGE nº 27. A classificação, que vai de A a D, determinará as condições de pagamento desses débitos.



pgespoficial
Brasília

...



pgespoficial A procuradora geral do Estado, Lia Porto Corona, visitou a unidade da PGE de Brasília, nesta tarde (15) e se reuniu com os procuradores para tratar de temas de grande relevância ao Estado de São Paulo.

Ver todos os 3 comentários

15 de dezembro de 2020 · **Ver tradução**

